

## COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: DIVERGÊNCIAS NA SUA PRÁTICA\*

Tânia Paula SILVA\*\*

**Resumo:** No presente texto apresentam-se algumas reflexões para a compreensão da concepção de cooperação do MST e o sentido desta proposta. Buscamos também discutir se a **cooperação** pode ser compreendida enquanto instrumento de resistência para os **camponeses assentados**, pontuando ainda de que forma eles criam e **desenvolvem a cooperação** baseada na tríade: família, trabalho e terra. Importa neste momento discutir, a partir da análise das publicações do Movimento e de bibliografias **específicas**, como a teoria da organização **pode** ser pensada frente à realidade dos assentamentos analisados.

**Palavras-Chave:** Assentamentos Rurais; Cooperação Agrícola; Assentados; MST; Mato Grosso do Sul.

**Resumen:** En este artículo se presentan algunas reflexiones para la comprensión de la concepción de **cooperación** del Movimiento de los **Trabajadores Rurales sin Tierra (MST)** y el sentido de esta propuesta. Examinamos también si la **cooperación** puede ser comprendida como instrumento de resistencia para **los campesinos asentados**, identificando la manera como crear e desarrollar la cooperación fundamentada en la tríade: familia, trabajo y tierra. Interesa discutir, a partir del análisis de las publicaciones del Movimiento y de

\* Este artigo integra a Dissertação de Mestrado intitulada "As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS", concluída em outubro de 2004 pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente/SP.

\*\*Mestre em Geografia pela FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente/SP. E-mail: [tangela@bol.com.br](mailto:tangela@bol.com.br)

bibliografias específicas, como la de la organización puede ser pensada con relación a la realidad de los asentamientos analizadas.

**Palabras-clave:** Asentamientos Rurales; Cooperación Agrícola; Asentados; MST; Mato Grosso do Sul.

### 1 - A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO DO MST E AS DIVERSAS FORMAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS

A discussão, principalmente por parte das lideranças do MST, acerca da organização da produção nos assentamentos rurais teve início a partir da consolidação dos primeiros assentamentos. Pois,

[...] desde o princípio [...] existiam preocupações essenciais referentes à resistência dos sem-terra ao processo expropriador do modelo de desenvolvimento econômico da agricultura. Afinal, grande parte das famílias que lutaram e conquistaram a terra haviam sido expulsas ou expropriadas desde a implantação desse modelo". (FERNANDES, 2000, p. 178)

No entanto, somente a partir de 1989<sup>2</sup>, período em que o Movimento adota o lema: "Ocupar, Resistir e Produzir", é que a organização do Movimento passa a desenvolver uma política cooperativista para os assentamentos. Isto ocorreu devido ao aumento do número de assentamentos rurais no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, bem como concretizar a

<sup>2</sup> Segundo STÉDILE, FERNANDES (1999), na primeira etapa do Movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos, isso só vai acontecer a partir de 1986. Neste período (1986) aconteceu a primeira luta do MST ligada à produção, foi uma luta por crédito subsidiado. Assim, somente a partir de 1989 é que começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST, que mais tarde desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

idéia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade.

Portanto, a partir do momento em que o Movimento percebeu que a luta pela terra se **desdobra**, necessariamente, na luta pela **viabilização econômica dos assentamentos, a organização do trabalho e da produção** passou a ser entendida não só como uma condição básica para a permanência do camponês na terra conquistada, mas também, "como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra" (FABRINI, 2002).

Neste sentido, vejamos o que escreve o Movimento:

A questão da cooperação joga um papel muito importante, tanto em termos de sobrevivência e resistência ao capitalismo, como também, no sentido estratégico, onde a massa camponesa também deve ser considerada como **força social** para a transformação da sociedade. Nossa força, tanto política quanto econômica, dependem desta organização orgânica que temos no assentamento. (MST, 1999, p. 18)

Deste modo, a partir da consolidação do MST, por meio das ocupações, acampamentos e conquistas de assentamentos, a **cooperação agrícola**<sup>2</sup> passa a estar vinculada diretamente com o projeto de **gestão das "terras conquistadas"**, enquanto continuidade da luta política e fomentação ideológica do próprio Movimento, desenvolvendo uma proposta alternativa de (re)organização do trabalho e da **produção**, pela **cooperação** e, posteriormente, pela consolidação da cooperativa como forma específica de formação política e de **viabilização sócio-econômica dos assentamentos**. Assim, a cooperação agrícola seria:

<sup>2</sup> A cooperação agrícola pressupõe uma diversidade de práticas e ações organizativas a partir de determinados níveis de coletivização.

A introdução na agricultura da divisão social do trabalho, de forma **cooperada**. [...] é o jeito de juntar ou somar os **esforços** de cada **assentado** (agricultor individual ou familiar), para **fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas** [...] até chegar a ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto [...]. (MST, 1997, p. 21)

A organização do Movimento entende que essa forma de gerir o trabalho e, conseqüentemente, comercializar a produção, conhecida como **cooperação agrícola**, não resolve todos os problemas da agricultura brasileira, logo que os mesmos são estruturais e se ligam ao **modelo agropecuário** adotado no país. Todavia a **cooperação** é o caminho do possível que, por sua vez, se **desdobra**, como observa Carvalho (2002), em uma pedagogia da **resistência** ao processo de exploração e expropriação inscrito na lógica do **desenvolvimento capitalista** no campo. Para que esta pedagogia da **resistência** possa dar resultados a **cooperação** passou a ser **entendida de forma** multidimensional, ou seja, a partir da **articulação dos campos**: econômico, político e social.

Neste **ponto**, pode-se dizer que as formas de **cooperação agrícola** são **pensadas e defendidas pela organização** do Movimento em função de três razões: **econômicas, sociais e políticas**. As razões econômicas decorrem da **necessidade de aumento do capital** constante; aumento da **produtividade e da divisão e especialização** do trabalho; **racionalização da produção** de acordo com os **recursos naturais**; introdução de **tecnologias** ao processo produtivo **visando** conseguir melhores preços para os produtos e o **desenvolvimento da agroindústria**; as razões sociais estão vinculadas ao **bem-estar dos assentados e compreendem a urbanização das moradias**; **infra-estrutura básica (energia elétrica, água encanada)**; **educação**; **transporte coletivo**; **saúde**; **igualdade de direitos** entre homens e mulheres e o **lazer**; as razões políticas fazem parte da **resistência à exclusão do sistema capitalista**, a **formação de militantes e dirigentes**; a **articulação política** e o **acúmulo de forças** para a **transformação social** (MST, 1998).

Entretanto, a **eficiência da cooperação agrícola**, que tem a **cooperativa (CPA)** como prioridade.

[...] não está apenas na **mecanização, modernização, forma de gestão e uso de instrumentos modernos**. Isto na verdade é uma **conseqüência**, e a **importância maior das cooperativas**, reside na **capacidade de mobilização dos trabalhadores**, tanto para **alcançar objetivos relacionados à produção**, como aqueles relacionados à **luta pela terra e a liberação de membros das cooperativas para atuar na luta pela Reforma Agrária e outras frentes**. (FABRINI, 2002, p. 13)

Observa-se nesse trecho da **citação de Fabrini (2002)** uma grande preocupação com a **continuidade da luta**, “a **importância maior das cooperativas, reside na capacidade de mobilização dos trabalhadores**, tanto para **alcançar objetivos relacionados à produção**, como **aqueles relacionados à luta pela terra**”. Essa preocupação **perpassa todo o processo de construção e consolidação das formas cooperativas de organizar a produção e o trabalho dentro do MST**.

Segundo Stédile e Fernandes (1999), houve uma constante **reconstrução dos projetos de cooperação agrícola** no interior do MST e dos assentamentos, ou seja, a **proposta de cooperação desenvolvida pela organização do Movimento** passou por várias **modificações desde seu início até os dias atuais**. Desde a sua origem ela vem **sofrendo influência dos debates teóricos desse movimento social**, apresentando um **componente fortemente político-ideológico** no conjunto de suas orientações.

Deste modo, no **princípio do Movimento**, estimulou-se a **cooperação agrícola nos assentamentos**, tendo como base os **ideais cristãos**. Havia uma **orientação por parte das lideranças do Movimento** para a **formação de pequenos grupos e associações informais, reunindo entre 10 e 30 famílias de forma coletiva ou semi-coletiva**, geralmente para a **prestação de serviços como a utilização de máquinas e implementos agrícolas**, a **comercialização da produção e a formação de hortas comunitárias**. Esta fase, segundo a **Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda**

(CONCRAB), refere-se ao período de 1979/1984, e foi uma forma encontrada pelos assentados para sobreviver na terra recém-conquistada. Nesse período, a discussão sobre a produção era muito incipiente, não havia, portanto uma política cooperativista para os assentamentos, definida por parte do MST. Sendo assim:

O nível de cooperação que existia era espontâneo: mútuo e troca de dias de serviço. Nos Estados, haviam experiências isoladas de cooperação agrícola conforme a ajuda de fora (por exemplo, a igreja) ou de alguns militantes. Surgem os primeiros grupos comunitários ou associações informais. (MST, 1997, p. 29)

Num segundo momento – 1985/1989 – os debates sobre a questão da cooperação foram aprofundados e a direção do Movimento começa a construir as primeiras idéias relacionadas à organização dos assentados e da produção, em função do aumento do número de assentamentos. Nesse período, o Movimento passava por uma fase de desenvolvimento e adaptação da proposta de cooperação agrícola. Para isso, as experiências e propostas utilizadas em outros países como Chile, México e Cuba foram estudadas pela Organização, para que a partir daí se construísse a forma que melhor se adaptasse à realidade dos assentados.

Assim, podemos afirmar que esse período de estruturação da proposta de cooperação agrícola por parte das lideranças do MST, caracteriza-se por um processo de sistematização e estudos, no qual se solidificou a idéia de vincular a cooperação como uma forma de potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos assentamentos, desde formas mais simples de organização (mútuo) até formas mais complexas (CPAs).

Nesse contexto, a organização do Movimento começa a publicar vários materiais destinados a orientar os camponeses assentados na escolha da forma de organização da produção a ser desenvolvida na terra conquistada. Citamos como exemplo destas

primeiras publicações o Caderno de Formação nº 09. “Terra não se ganha, se conquista!”.

Este documento propunha discutir a questão de “como trabalhar a terra” nos assentamentos. Apesar da principal preocupação do documento ser de ordem econômica, havia também o objetivo de disseminar entre os assentados práticas relacionadas à adoção de formas cooperadas de produção agrícola. Todavia, não aparecia, nessas primeiras formulações, propostas claras de coletivização dos meios de produção e socialização dos frutos do trabalho. As “diversas formas de se organizar e trabalhar em conjunto” apresentadas neste caderno estavam centradas em estratégias de associativismo que preservavam a autonomia e a propriedade familiar. Pois, nesse momento o MST se preocupava especialmente em garantir a reprodução econômica dos camponeses assentados através da adoção de formas associativas que atuassem principalmente na esfera da comercialização: compra de máquinas, implementos e insumos agrícolas e venda da produção.

Portanto, de acordo com Stédile e Fernandes (1999, p. 101), neste período o “grande avanço que o Movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental”. Assim, podemos afirmar que, mesmo tendo sido construída a teoria da organização por Moraes<sup>1</sup> (1986), a forma predominante de cooperação desenvolvida pela organização do MST até 1989 foi marcada por práticas isoladas e espontâneas, ou seja:

[...] o paradigma que prevaleceu até 1989 baseou-se na constituição espontânea/induzida de pequenos grupos de cooperação entre os assentados, paradigma esse resultante da ação histórica de diversas forças sociais: comunidades eclesiais de base, associativismo espontâneo entre vizinhos e parentes, bases de organização social dos sindicatos de trabalhadores

<sup>1</sup> Clodomir Santos de Moraes foi um dos idealizadores do cooperativismo no MST. Em seu texto “Elementos sobre a teoria da organização no campo”, publicado pelo Movimento em 1986, o autor descreve os “vícios e desvios do campesinato” como consequência de sua produção econômica como trabalhador familiar individual.

rurais, identidades sociais a partir de referenciais não-econômicos, etc. O ponto central desse paradigma foi, então, o pequeno grupo de cooperação, sem a mediação institucional formal homogênea, para a realização de atividades variadas, isoladas ou combinadas entre si. O agrupamento das pessoas e famílias nesses grupos foi determinado por diferentes identidades sociais [...] raramente políticas (CARVALHO apud MST, 1999, p. 28)

Num terceiro momento – 1990/1993 – em função da difícil conjuntura política deste período, haja vista as ações do Governo Fernando Collor de Melo, o Movimento “voltou-se para dentro” investindo na sua organicidade. Portanto, nesse período, a organização da produção passa a ter um papel político-organizativo fundamental dentro do projeto estratégico do MST. Ela passa a ser vista como parte da luta e resistência dos sem-terra.

Diante de tal conjuntura a organização do MST propunha para os assentamentos uma forma empresarial de organização da produção agrícola que tivesse como referência última a coletivização dos meios de produção, inclusive a terra. Logo, são formadas as primeiras cooperativas de produção agropecuária, as chamadas CPAs, que tornam-se modelo de organização da produção, sob o argumento de que constituiriam uma “etapa superior de cooperação”.

Desse modo, intensificam-se os debates acerca de uma política cooperativista no interior do Movimento e a cooperação agrícola passa a ser discutida não somente em termos de viabilidade econômica, pois incorporava outros objetivos, já que as CPAs “[...] tinham a função nesta fase de ser a retaguarda de organização

<sup>4</sup> O Governo Fernando Collor de Melo iniciou uma escalada de repressão sobre os trabalhadores rurais, em especial contra as ocupações que foram duramente rechaçadas pela polícia. Isto quer dizer que, este período foi marcado pela repressão e violência frente as ações do MST.

política, resistindo politicamente e economicamente” (MST, 1999, p.07).

Ainda neste período, ano de 1990, após um acúmulo de discussões e experiências, a política do MST em relação aos seus assentamentos se consolida com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) no interior do Movimento. Este sistema foi criado tendo como função principal a organização das atividades dentro dos assentamentos, relacionadas com a produção, assistência técnica, cooperativismo, moradia, infra-estrutura social e, ainda, com o objetivo de articular a luta por recursos públicos para viabilizar os assentamentos e as famílias assentadas, independente da forma de cooperação adotada ou de organização do trabalho. De acordo com a organização do MST (1999), a idéia principal do SCA era buscar a eficiência econômica como forma de viabilizar as lutas nos assentamentos.

Fernandes (2000, p. 228), ao analisar a cooperação na produção dentro do MST a partir do SCA, confirma essa idéia, pois segundo o referido autor:

Não é possível compreender o SCA apenas pela lógica econômica, principalmente porque este Sistema não foi pensado somente para desenvolver essa dimensão da organização social dos sem-terra. O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento. É uma forma de expandir a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade. (grifo nosso)

Salientamos que o SCA envolve três níveis de organização: local, através da criação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs); estadual, pelas Cooperativas Centrais Estaduais, e nacional, representado pela CONCRAB (MST, 1993). Cada uma dessas cooperativas possui funções específicas na estrutura orgânica do Movimento e estão voltadas para a organização da produção e

viabilidade econômica dos assentamentos, que passa inclusive pelas lutas políticas.

Em maio de 1992, após vários debates internos do Movimento sobre a organização da produção, é fundada a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda) que, conforme explicito no caderno de cooperação nº 20, passou a assumir a responsabilidade de viabilizar os assentamentos, planejar a produção e atingir o mercado em grande escala, buscando recursos, tecnologia e planejamento para a produção agropecuária, por meio dos seguintes objetivos:

Articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas Estaduais e dos Assentamentos; Organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônoma; Manter um departamento de estudos estratégicos para projetos de maior escala; Viabilizar atividades de exportação e importação; Representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; Articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins. (MST, 1993, p. 44)

A criação da CONCRAB significou a consecução do aparato legal. Desde então, as cooperativas são subordinadas, nacionalmente, à CONCRAB, e todos os assentamentos devem ser base do MST. As publicações do Movimento reafirmam que existe a possibilidade de um caminho alternativo ao capitalismo e que a Reforma Agrária não seria um fim em si. Seguindo esta política, delibera-se, neste período, que o "Setor de Cooperativas", detentor do monopólio financeiro, deve contribuir com todos os outros setores do Movimento.

Cabe salientar, que no período de 1990 a 1993 ocorreu, simultaneamente à expansão do SCA a emergência de problemas no setor, sobretudo na administração das cooperativas. Conforme o

MST (1993), como forma de contornar estes problemas, naquele momento entendidos como resultado de desencontros gerenciais e administrativos, bem como para subsidiar os trabalhos de base, estimulando a divisão do trabalho nos assentamentos - já que havia e há uma forte rejeição por parte dos assentados em relação à cooperação - o MST, através da CONCRAB, criou cursos de capacitação nos assentamentos, tais como:

- o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), cujo objetivo era formar jovens assentados para a atividade de técnico agrícola nos assentamentos;

- os cursos de Formação Integrada na Produção (FIP) que tinham como objetivo central a instrumentalização técnica para a continuidade da luta no MST.

Deu-se ainda prosseguimento ao desenvolvimento dos Laboratórios Organizacionais de Campo<sup>5</sup> (LOC). A ele era atribuído o papel de funcionar como um momento privilegiado no processo educativo de produção de novas formas de pensar e agir entre os assentados.

Houve também, neste terceiro momento, a consolidação de uma série de documentos/cartilhas resultantes desse processo cumulativo de debates e experiências acerca da cooperação agrícola. Desse modo, destacamos o documento "A Cooperação Agrícola

<sup>5</sup> O LOC (Laboratório Organizacional de Campo) foi uma metodologia de capacitação massiva, idealizada por Clodomir Santos de Moraes, fazia parte da "Teoria da Organização no Campo", difundida pelo MST, entretanto, essa metodologia não trouxe os resultados esperados para ampliar a experiência dos coletivos e das cooperativas de produção. Além da inadequação do método, uma questão importante a destacar refere-se ao distanciamento entre a ideologia defendida pelas lideranças do MST e o contexto cultural da base, os assentados. Para saber mais sobre o LOC, ver: MORAES, C. S. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação nº 11. São Paulo, 1986. BRENNERSEN, E. C. Relações de Poder, Dominação e Resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região Centro-Oeste do Paraná 2000. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

nos Assentamentos”, elaborado pelo MST/CONCRAB em 1993, em que foi apresentada a,

[...] preocupação com uma concepção de cooperativa sustentada basicamente na esfera econômica, apesar de referir-se às razões e objetivos sociais, políticos e econômicos. Ficou destacado neste documento que a cooperação nos assentamentos se daria por meio da divisão do trabalho e deveria funcionar como uma empresa econômica (FABRINI, 2002, p. 123)

No ano de 1994, em meio a crise econômica enfrentada pelas CPAs, foi realizado o “I Seminário Nacional sobre as Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos”, onde foi discutido os rumos da cooperação agrícola para os assentamentos. Nesse seminário fica claro que o modelo calcado nos coletivos de produção precisava ser repensado sob pena de sua inviabilização enquanto alternativa real de organização da produção para as famílias assentadas, já que as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Coletivos enfrentavam situação de crise latente, denotando a presença de contradições internas e externas. Esse aspecto pode ser percebido na seguinte avaliação:

A maioria de nossas CPAs e grupos coletivos vem enfrentando, especialmente a partir do último ano, crises que põem em risco a sua existência e por consequência, parte importante da proposta de cooperação agrícola do MST-SCA. A origem dessas dificuldades não está claramente determinada. Em alguns casos, aparenta ser a falta de viabilidade econômica daquele coletivo, em outros, ocorre o contrário [...]. (MST, 1994 s/n) (grifo nosso)

Embora a organização do Movimento afirme que “a origem dessas dificuldades não está claramente determinada”, a nosso ver, a “crise” das cooperativas, desde aquele momento até os dias atuais, está relacionada diretamente com a questão econômica, dentre outras questões, já que o Movimento encontra dificuldades

para inserir a produção no mercado, de maneira que garanta a sobrevivência dos assentados e a manutenção da mesma. Portanto, podemos dizer que a crise não é consequência da debilidade da luta pela reforma agrária, mas da tentativa de inserção competitiva dos assentados no mercado mundial fortemente oligopolizado e à ausência de políticas e planos de desenvolvimento econômico e social que os favoreçam. Ela é produto de uma situação histórica crônica, mas foi especialmente ressentida na década de 1990, quando o Estado neoliberal deixou de implementar as políticas econômicas compensatórias e decidiu garantir a reprodução ampliada do grande capital agropecuário.

Porém, não se limitando a questão econômica, ressaltamos que o modelo de cooperativismo implantado nos assentamentos não tem sido aceito pela maioria dos assentados, haja visto a resistência imposta pelos assentados à generalização desse formato organizacional, o que resulta em divergências entre os assentados e a organização do Movimento, representada pelas lideranças. Neste ponto, é importante dizermos que as diferenças aqui apontadas e presentes no Movimento são entendidas por nós como “conflitos que se dão no interior do campo da luta pela terra e não necessariamente como uma negação do Movimento”. (ALMEIDA, 2003)

Nesse contexto de “crise” das cooperativas, foram elaborados, pelo MST/CONCRAB, dois documentos/textos, na tentativa de “esclarecer” os percalços. No primeiro, intitulado “A Crise das Cooperativas de Produção Agropecuária”, os autores Pedro Cerioli e Pedro Cristoffoli admitem os problemas enfrentados nas experiências até então desenvolvidas, mas explicam que “a crise não representa um esgotamento da proposta de cooperação (especialmente as CPAs) e sim uma incapacidade de implementar o que já havia sido decidido até aquele período”, (CERIOLI, et al apud MST, 1999, p. 18)

No segundo, de autoria de Ademar Bogo, intitulado “Perspectivas da Cooperação Agrícola no MST”, o autor afirma que um dos principais problemas em relação à crise é o fato de ter a cooperativa como prioridade em detrimento de outras formas de

cooperação. Pois, “nossa força, tanto política, quanto econômica, dependem desta organização orgânica que temos nos assentamentos, por isso todos os assentados são considerados base do MST independentemente da forma como estão trabalhando”. Segundo o autor, “deve-se organizar a cooperação pelas duas vias **clássicas: produtiva e não-produtiva**.” (BOGO apud MST, 1999, p. 18-19)

Portanto, para Bogo, isso significava combinar a **organização em torno da produção** (produtiva) com aquelas formas de cooperação (especialmente **as cooperativas** de comercialização e de prestação de serviços) que **garantissem** a possibilidade de reprodução das unidades do tipo **familiar nos assentamentos** (não-produtivas). Neste texto, o referido autor aponta ainda os limites estratégicos das cooperativas, devido à falta de uma **força** de vanguarda na sociedade brasileira, somando-se as dificuldades financeiras das cooperativas, atribuindo-as a **problemas** na estrutura agrária brasileira, à falta de um **projeto** revolucionário no Brasil, as dificuldades na **relação** agricultura e indústria, ao distanciamento do Estado e a **problemas orgânicos internos**.

O debate proporcionado pelos dois textos permitiu ao MST resgatar e elencar um conjunto de **novas formulações** para a cooperação. É interessante destacar, entretanto, que, ambos os autores citados, em nenhum momento põem em questionamento a forma cooperativa como expressão de cooperação. Portanto, em suas análises **não há** uma crítica a **concepção** da proposta, na verdade, atribuem a **crise/fracasso do desenvolvimento da cooperação** “[...] as indefinições políticas (na ausência de uma **estratégia** revolucionária para a sociedade brasileira); a **estrutura agrária** brasileira; a **desvinculação** da agricultura com a indústria, ao distanciamento do Estado e nas dificuldades internas”. (MST, 1999)

Em janeiro de 1995 foi fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), mantenedor

<sup>6</sup> Segundo Bogo apud MST (1999, p. 19), “A cooperação produtiva é aquela que organizamos em torno da produção, a não produtiva é aquela que organizamos em torno da prestação de serviços, entre ajuda, comercialização, etc”.

da Escola “Josué de Castro”, em Veranópolis/RS. Este Instituto tem como finalidade estruturar as atividades dos cursos técnicos de administração das **cooperativas (TACs)**.

Nesse ano publicou-se a cartilha “Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos”, em que se deu a **sistematização** de um conjunto de orientações do tipo de cooperação que o Movimento desejava desenvolver. No entanto, nesta publicação não houve grandes alterações à proposta de desenvolvimento cooperativista do Movimento, uma **vez que** nela foram reafirmados os objetivos pretendidos pela **organização do MST**.

Em 1996, o SCA iniciou o debate sobre como massificar a **cooperação agrícola** e, “**neste contexto**, criou as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), procurando implantar cooperativas com **vínculos** mais “frouxos” entre os assentados e o MST, procurando conciliar os interesses coletivos aos interesses individuais” (FABRINI, 2002, p.123).

Também, nesse ano, houve a realização do II Seminário Nacional sobre as “**Perspectivas da Cooperação Agrícola no MST**”, momento em que foram arrolados os “**vícios e desvios**” que aparecem nos **assentamentos** (individualismo, personalismo, comodismo, peleguismo, corporativismo, etc<sup>7</sup>) e os desafios gerais (organização a **produção**, massificar a **cooperação**, trabalho ideológico permanente, garantir a **direção política** nas regiões e como **os assentados** vão contribuir com a estratégia do Movimento) (MST, 1998).

Nesse seminário foi também apresentada a **vinculação** estratégica do MST com o SCA:

Ser uma retaguarda do MST; proporcionar para o MST: militantes e dirigentes para fazer a luta política, econômica e social; desenvolver a consciência política na nossa base, engajar-se na sociedade; criar condições

<sup>7</sup> MORAES, C. Elementos sobre a teoria da organização no campo. MST. Caderno de Formação nº 11, agosto de 1986.

materiais para a luta social e política/Estabelecer novas relações sociais: articulação política (alianças): como empresa econômica e como modelo de cooperativismo ser: diferente, alternativo e de oposição. (MST, 1999, p. 22-23)

Cabe destacar que deste seminário originou-se a publicação, em 1998, da cartilha “Sistema Cooperativista dos Assentados”, documento em que o Movimento sistematiza o conjunto das formulações políticas e organizativas para o SCA, explicando a sua concepção de cooperativismo:

Para nós a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma instrumentação de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política. (MST, 1998, p. 22) (grifo nosso)

A análise desta concepção nos indica que a cooperação agrícola é entendida pela organização do Movimento, não apenas como possibilidade de concentração de capital, de mão-de-obra e de meios de produção, mas principalmente como meio indispensável para conquistar a Reforma Agrária e transformar a sociedade, por meio da luta política:

[...] as associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade [...]. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia, para ir acumulando forças para a realização da Reforma Agrária. (GÖRGEN : STEDILE, 1991, p. 146)

Diante desse contexto, percebe-se que desde o surgimento dos primeiros assentamentos organizados pelo MST, já se passava, de forma ainda embrionária, por um período de debates e pela construção de um entendimento interno acerca da função das cooperativas como instrumentos políticos de organização social.

Como resultado de anos de organização, sistematização e estruturação da proposta de cooperação agrícola, o MST construiu uma proposta diversificada para se pensar a produção, que pode ser realizada de várias formas, desde a mais simples até a mais complexa. O caderno de cooperação “Sistema Cooperativista dos Assentados”, explicita esta questão.

A seguir, utilizando dessa publicação pontuamos tais formas, na medida em que elas contribuem para a compreensão do objeto específico do trabalho:

O mutirão ou troca de serviço é a forma mais simples de cooperação agrícola. Ele acontece ocasionalmente entre os assentados individuais, especialmente entre vizinhos ou parentes, para fazer capina, plantio, colheita, etc, promovendo a união entre essas pessoas. É uma forma bem simples de cooperação agrícola, porque não chega a existir a divisão social do trabalho, já que ele se constitui numa forma de realizar com rapidez o trabalho, para o qual os membros de determinada família não dispõem de toda força de trabalho suficiente.

Os núcleos de produção são experiências organizativas direcionadas aos assentamentos em que os grupos familiares estão estabelecidos de forma individual, apresentando dificuldades para desenvolverem formas associativas mais avançadas. O núcleo de produção é uma fusão de algumas famílias que se unem, por proximidade, parentesco ou linha de produção (o leite, por exemplo), com a finalidade de organizar a produção de determinada cultura. A terra e os instrumentos de produção estão sob controle individual. Geralmente, os grupos de famílias funcionam como uma instância de base da cooperativa ou da associação e não possui registro legal autônomo.

As associações podem ser de vários tipos: a) para aquisição de animais; b) de máquinas ou implementos agrícolas; c) de transporte; d) de comercialização; e) de benfeitorias; f) de representação política de todos os assentados. A associação é formada por pessoas que se organizam em conjunto tendo como finalidade a prestação de serviços. Ela tem personalidade jurídica e seus associados estabelecem uma forma de administração desse instrumento de produção para que o conjunto se beneficie de sua utilidade. O sistema de trabalho predominante nessa forma de organização ainda é o trabalho familiar. Para alguns fins específicos pode haver a utilização do trabalho coletivo, mas essa organização ocorre de forma esporádica. Todos os investimentos feitos na associação estão sob o controle da associação. Vale ressaltar que em todo o Brasil, as associações são a forma mais ampla de organização nos assentamentos.

Os grupos coletivos são vistos como uma forma de organização do trabalho que representa um salto qualitativo na organização da produção familiar, pois já expressam a gestão do processo produtivo de forma coletiva. Nessa forma de organização não se exige um número mínimo ou máximo de participantes, já que se trata de uma organização informal que pode funcionar sem necessidade de legalização. O título de propriedade do lote permanece em nome do assentado, mas não há o parcelamento dos lotes, que ficam sob o controle do coletivo, apenas uma parcela do lote é dedicada à produção de subsistência. O planejamento da produção é decidido pelo coletivo dos sócios, por meio de assembleias. Apesar de ser uma estrutura informal, os grupos coletivos possuem um regimento interno aprovado por seus membros em assembleia: suas decisões são registradas em livros de atas. Para o MST (1998, p. 14), "os grupos coletivos representam um passo a frente na organização da produção familiar, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva".

Na forma de cooperação dos grupos semi-coletivos uma parcela do lote é destinada para o uso coletivo e uma outra parcela é dedicada para o uso individual, sendo que parte do planejamento da produção e o investimento é feito de forma coletiva e outra parte de forma individual. A maior dificuldade dessa forma de cooperação está em conciliar os interesses individuais com o interesse coletivo.

As cooperativas de prestação de serviços (CPS) são organizadas em um ou mais assentamentos de um município, e tem por finalidade organizar o processo de compra e venda da produção e de bens de consumo para os associados, além de possibilitar a implantação de agroindústrias para beneficiar a produção nos assentamentos. Esse tipo de cooperativa pode também, com base em estudos direcionados à viabilidade econômica, definir as linhas de produção a serem desenvolvidas e elaborar um planejamento centralizado da produção vinculada à cooperativa; organizar a assistência técnica, por meio do serviço de máquinas e da capacitação técnica dos assentados. Esta forma de cooperativa não organiza o trabalho familiar e nem diretamente a produção, ela apenas organiza o trabalho relacionado aos serviços por ela prestados. O planejamento da produção é responsabilidade dos associados, mas cabe a cooperativa, a partir de um estudo realizado de viabilidade econômica, definir e organizar as principais linhas de produção a serem desenvolvidas pelos assentados.

As cooperativas de prestação de serviços regionais (CPSR) também são conhecidas como Cooperativas Regionais. É uma CPS com maior área de abrangência, pois compreende vários assentamentos em uma região. Normalmente, ela atua na área da comercialização da produção e de insumos agrícolas, no beneficiamento, na assistência técnica e, algumas, na organização da produção.

As cooperativas de crédito são experiências ainda recentes no âmbito do MST. Este tipo de cooperativa tem a finalidade de fazer circular o capital financeiro dos assentamentos, buscando facilitar o acesso ao crédito. Esta cooperativa pode direcionar os recursos disponíveis para financiamento justamente para as atividades

econômicas estratégicas dos assentamentos de sua abrangência. Para iniciar seu funcionamento esta forma de cooperação necessita de no mínimo 20 associados.

As cooperativas de produção e prestação de serviço (CPPS) devem ser compreendidas como uma forma de transição entre uma Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços e a Cooperativa de Produção Agropecuária. Desse modo, a partir do momento em que uma cooperativa dessa natureza avança no sentido de juntar a organização da produção às suas atividades, constitui-se a CPPS. A gestão da terra nessa forma de cooperativa pode ser de propriedade do coletivo, se constituindo como área de produção coletiva ou a cooperativa se apropria da terra em que existem investimentos coletivos, sendo que o restante permanece como propriedade familiar. Na organização do trabalho, as atividades podem ser realizadas pelo trabalho coletivo. Uma outra forma é o assalariamento, incorporando um associado para cada posto de trabalho.

A cooperativa de produção agropecuária (CPA) é considerada pelo Movimento como uma "forma superior de organização da produção". São organizadas formalmente, com personalidade jurídica, a partir de uma estrutura permanente, formada por setores de produção e serviços. É considerada complexa, porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalhos coletivos. Assim, a terra permanece sob o controle do coletivo, ficando apenas uma parcela dedicada à subsistência do associado. O planejamento do processo produtivo é coletivo e baseado em estudos técnicos que definem as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão técnica do trabalho, os quais são determinados pela atividade produtiva desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados. O trabalho é computado por hora trabalhada e sua remuneração depende da produção total da cooperativa.

Em linhas gerais, conforme a fonte utilizada, essas são as diversas formas de cooperação agrícola organizadas pelo MST nos assentamentos. Entretanto, ressaltamos que o desenvolvimento

dessas diversas formas de cooperação não dependem exclusivamente da teoria de organização do Movimento, mas do modo como este lida com o cotidiano dos assentamentos e, com isso, com a resistência impetrada principalmente pelos camponeses, em relação à implantação das cooperativas.

Ressaltamos ainda que segundo Carvalho (1998), em pesquisa desenvolvida sobre o associativismo econômico nos assentamentos, um único assentamento pode combinar e alterar formas de associativismo econômico, induzidas pelos organismos governamentais e não-governamentais que são absorvidas e re-apropriadas pelos grupos sociais.

Num mesmo assentamento podem coexistir diferentes formas de associativismo, assim como uma família de trabalhador rural assentado pode participar de uma ou mais dessas formas de associativismo distintas entre si, de forma simultânea, num mesmo assentamento. E, no decorrer da história de um determinado assentamento, a combinação entre formas diversas de associativismo econômico pode ter sido alterada. Assim, sinerônica e diacronicamente, cada assentamento apresenta variações significativas nas formas de associativismo vivenciadas pelas famílias de trabalhadores rurais. (CARVALHO, 1998, p. 91)

Embora o Movimento tenha estimulado as mais variadas formas de cooperação nos assentamentos, a cooperativa (CPA) sempre foi considerada como a principal forma de organização econômica, social e política no assentamento. Elas são concebidas pelo MST como uma forma de integração do assentado ao mundo da mercadoria. No entanto, não é uma luta para se integrar à produção de mercadoria em si, tornando o assentado mais um capitalista, mas para superar as relações de dominação engendradas no processo de acumulação de capital. Assim, por meio da incorporação ao mundo da mercadoria, o MST acredita que se pode criar condições favoráveis para a luta e superação das relações de dominação capitalista (FABRINI, 2002).

É importante ressaltar que apesar das formas de cooperação terem sido debatidas no interior do MST desde meados da década de 1980, não ocorreram transformações substantivas na essência do que fundamenta a compreensão do campesinato. Uma vez que, a **necessidade de superação** das relações camponesas é, ainda, verificada no documento "O que levar em conta para a organização do assentamento", de 2001.

Os camponeses por serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses por organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista. (MST, 2001, p. 07)

Atualmente, mesmo permanecendo esta "leitura" acerca do campesinato, as reflexões e (re)elaborações da cooperação tiveram como resultado a criação, em 2002, do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em substituição ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Este setor, pelo qual a CONCRAB continua respondendo juridicamente, foi dividido em cinco frentes de atuação, a saber: Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas; Frente da Organização Social da Base (Articulação dos Assentados); Frente da Assistência Técnica e da Produção; Frente de Formação e Capacitação e Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária, as quais se apoiam e se sustentam mutuamente.

Para este novo setor, a cooperação deve envolver as diferentes dimensões da vida cotidiana nos assentamentos, estimulando as práticas agroecológicas e o respeito ao meio ambiente (MST, 2002).

Neste contexto, o Movimento redefine o papel da cooperativa, em vista tanto dos seus problemas internos, quanto das posições governamentais sobre a política agrícola, e a criminalização sofrida pelos dirigentes das cooperativas<sup>8</sup>:

[...] estamos vivendo atualmente: o fim do PROCERA, fim do LUMIAR, denúncias públicas e desvios de recursos, auditorias pública nas cooperativas, intervenção federal em algumas cooperativas, a maioria dos assentados já atingiram todo o teto de financiamento e conseqüentemente o endividamento agrícola, falência do modelo de infra-estrutura construída pelas cooperativas. (MST, 2002, p. 04)

Corroborando nessa compreensão, Fabrini (2002, p.124) escreve que:

A compreensão das cooperativas como instrumento de intervenção nos assentamentos levou o Estado a investir no seu desmantelamento por meio de um amplo e sistematizado conjunto de medidas. Medidas que vão desde o fim da assistência técnica nos assentamentos, com a extinção do Projeto Lumiar, à depreciação pública, nos meios de comunicação.

No entanto, apesar deste período crítico, a cooperativa continua sendo o modelo de organização privilegiado pelo MST, tanto do ponto de vista econômico como político. Desse modo, cumpre ressaltar que a cooperativa não saiu de pauta como linha

<sup>8</sup> A partir de setembro de 2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Inera, passou a orquestrar uma onda de "auditorias" nas cooperativas do Movimento, buscando organizar dossiês para uso na imprensa, manipulando e distorcendo informações sobre as cooperativas. Os impactos desta ofensiva política geraram conseqüências não só para as cooperativas, mas também para a vida dos assentados, já que causou vários problemas, entre eles: a extinção da assistência técnica, a eliminação, na safra 2000/2001, do crédito para plantio (custeio agrícola), entre outros.

política do Movimento, uma vez que para o MST (2002, p. 02) "deve-se buscar sempre formas mais avançadas (as cooperativas), ao mesmo tempo que também desenvolva formas solidárias de organização social".

Neste contexto nacional de extinção do crédito especial para a Reforma Agrária (PROCERA); investigação e criminalização dos dirigentes das cooperativas, cancelamento dos convênios com o Movimento para assistência técnica (o LUMIAR); etc; passou-se do período em que a cooperação tinha como centro os recursos e os financiamentos, para um projeto de cooperação baseado na resistência. "Voltamos a reconstruir a concepção que é possível organizar as cooperativas com base na terra e na mão-de-obra. O crédito passa a ser complementar" (MST, 2002, p. 04).

Neste sentido, Carvalho (2002) propõe a idéia de se criar "comunidades de resistência e de superação" como alternativa para superar a crise e reafirmar a identidade cultural dos pequenos produtores rurais familiares no sentido de, coletivamente, resistir na terra. Para o autor, a experiência de cooperação acumulada pela MST/CONCRAB aponta para a necessidade de implementar mudanças na organização das CPAs para que elas se tornem comunidades de resistência e superação. Assim, no plano econômico, as mudanças passam pela diversificação da produção, voltadas tanto para garantir a auto-subsistência quanto para abastecer o mercado popular local e regional, e a substituição dos insumos de origem agroindustrial pelos de fabricação doméstica. No plano político-ideológico, as mudanças devem procurar romper com o "consumismo tipo urbano" evitando gastos com a compra de alimentos que podem ser produzidos nas comunidades. Deve também garantir a formação massiva dos trabalhadores e suas famílias, no sentido de conhecer as causas da pobreza e buscar soluções para superá-la e de incrementar as formas de cooperação como componentes de um processo educativo, e não apenas com fins meramente econômicos.

Portanto, como rebate a esta ofensiva abre-se uma outra perspectiva para os assentamentos, qual seja, "construir um novo

conceito de vida e trabalho para as áreas conquistadas". Assim sendo, o setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente tem a tarefa, conforme o Movimento, de propiciar o espaço político necessário à organização de novas formas de assentamento que combine moradia, núcleo de família, cooperação, modificação na matriz produtiva e formação técnico-política da juventude assentada (MST, 2002).

No tempo presente, observa-se que "a comunidade dos assentamentos deve ser um espaço de desenvolvimento de toda família, um espaço de resistência à exploração, de convivência e da prática da solidariedade permanente" (MST, 2002, p. 02).

Mas se esta preocupação se encontra no âmbito das publicações do Movimento, cabe analisá-las face a realidade estudada, o que buscaremos fazer nos itens que se seguem.

## 2- A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: DIVERGÊNCIAS NA SUA PRÁTICA

Apesar de haver por parte da organização do MST um privilegiamento *a priori* de processos coletivos de organização dos assentamentos, uma das decisões mais cruciais que os sem-terra têm de tomar, ao iniciar as atividades produtivas no lote conquistado, é escolher a forma de exploração da terra. Desse modo, na terra conquistada as famílias camponesas vivenciam o conflito entre "viver coletivo", através da formação de cooperativas de produção, ou "viver individual" através da reorganização da agricultura camponesa, tal como já tinham tradição de realizar em sua atividade de pequeno produtor familiar antes de serem assentadas.

Neste sentido, Farias (2002), ao discutir as formas de sociabilidade no assentamento Sul Bonito, em Itaquiraí/MS, evidencia os conflitos em relação a esse debate:

O 'viver coletivo' é uma orientação da organização do MST que, ao divulgar 'princípios coletivistas', procura projetar uma sociedade de iguais, estruturada na ideologia socialista. Neste sentido, o 'viver coletivo',

não é somente estar na terra conquistada, mas também, é levar adiante a luta pela Reforma Agrária. Já o 'viver individual', traz em si referências da experiência constituída em um outro momento, permanecendo presente na memória individual ou coletiva das famílias, mas que a organização do Movimento ainda não conseguiu interpretar, traz em si o desejo de felicidade e melhoria de vida da família. (FARIAS, 2002, p.222)

Isso posto, cabe dizer que desde o início das discussões sobre a cooperação agrícola, este debate (coletivo x individual) foi delineado por posições divergentes, marcadas por um discurso ideológico-moral do tipo "coletivo-superior" versus "individual-inferior", conduzido principalmente pelas lideranças do Movimento. Entretanto, a formação de assentamentos à base da agricultura camponesa acabou predominando, porém com algumas combinações de cooperação em parte da terra, entre grupos de pequenos agricultores. Também proliferam as associações de comercialização, compra e uso de máquinas e de beneficiamento nos assentamentos rurais.

Acreditamos que isso se deve ao fato de que no mundo camponês as soluções ora cooperativistas, ora individuais/familiares, não se chocam, pelo contrário, compõem o conjunto das relações sociais que são referências no universo camponês, transitando em uma "via de mão dupla" de acordo com as necessidades dos camponeses.

Apesar disso, a idéia de incentivar a coletivização continua sendo dominante entre as lideranças do Movimento, e ainda é pensada como intrinsecamente melhor, tendo como fundamento as concepções teórico-metodológicas sobre campesinato, cooperação agrícola e socialismo que predominam na Organização.

Neste sentido, nos itens que se seguem, buscaremos na análise do cooperativismo nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, compreender o olhar tecido pelos assentados e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) frente às formas de cooperação. Uma vez que, percebemos no desenvolvimento desta

pesquisa, que as famílias refazem a vida no assentamento, passando pelas orientações organizativas do MST, porém alterando-as de acordo com a realidade concreta vivenciada no cotidiano da vida e da produção.

## 2.1 O SENTIDO DA COOPERAÇÃO PARA O MST: OS IDEAIS CAMPONESES COMO ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO

Na análise da produção teórica do e sobre o MST verificamos que a cooperação agrícola é proposta pela organização do Movimento com base em duas motivações principais: a racionalidade econômica e a utopia socialista. A motivação da racionalidade econômica aparece como sendo a mais importante no discurso da Organização. Portanto, a perspectiva é a de construir a possibilidade dos camponeses assentados se auto-sustentarem a partir da própria produção.

A segunda motivação, a utopia socialista, é menos enfatizada. Esta utopia é compartilhada por parte da militância do Partido dos Trabalhadores e por setores da Igreja Católica que trabalham com movimentos sociais e, conseqüentemente, com as famílias nos assentamentos rurais. Para eles a noção de cooperação implica em superar o isolamento das famílias e o individualismo, que impedem a organização popular de propor e implementar novas práticas visando a conquista de mudanças políticas, justiça social e melhoria das condições de vida. Assim, grande destaque é dado à importância de associações e cooperativas para a produção e comercialização da produção, com o propósito de permitir que todos estejam incluídos no processo de desenvolvimento do país.

Isso posto, cabe salientar que, para a organização do Movimento, que tem como principal referência teórica o marxismo-leninismo,<sup>9</sup> a forma camponesa de pensar sempre foi entendida como

<sup>9</sup> Grande parte da direção do MST conduz o Movimento baseando-se nas teses do marxismo-leninismo. Tal referência teórica proporciona uma leitura minimizadora

um obstáculo para o desenvolvimento das ações coletivas nos assentamentos. Isto porque “[...] a pequena propriedade individual está se tornando economicamente inviável. O lavrador que trabalha individualmente é um artesão: faz de tudo e não se especializa em nada<sup>10</sup>”. Nesse raciocínio, a gestão individual, aqui entendida como gestão familiar e privada da terra (à maneira camponesa), torna-se economicamente inviável por ser artesanal, uma irracionalidade na atual conjuntura.

Por entender que as relações sociais e de produção camponesas não permitem a formação de uma “consciência coletiva”, grande parte das publicações do Movimento atribui a esse comportamento chamado de individualista, os possíveis fracassos no desenvolvimento das atividades coletivas entre os camponeses.

Neste sentido, qual seja, do modo de vida<sup>11</sup> do camponês, Carvalho (1998, p. 07), um dos mais importantes assessores do MST, afirma que se trata de um “comportamento individualista com relação à gestão do assentamento, a forma de apropriação da terra e ao processo produtivo no sentido mais amplo, incluindo a comercialização, e às relações com os organismos governamentais mediadores das políticas públicas”. Corroborado com esta análise, Carvalho (1998), teórico e sujeito do Movimento, afirma que esse traço utilitarista e individualista da cultura camponesa dificulta o planejamento coletivo da produção e o estabelecimento de políticas e programas de caráter coletivo, nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente, habitação, entre outros, que contribuam não só para

das condutas individuais, que são separadas conforme as categorias consciência e alienação. Conscientes são aqueles que pensam e agem da forma prescrita pela direção, e alienados todos os outros que pensam e agem de forma diferente.

<sup>10</sup> Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, n. 86, agosto de 1989, p. 14.

<sup>11</sup> Karl Marx (1984) utilizou o conceito de modo de vida para explicar que a forma como os homens produzem seus meios de vida não se limita à “reprodução da existência física dos indivíduos”, mas trata-se de um “modo de manifestar a vida”. É, sobretudo, conforme entendemos, um modo de organização que reflete o que produzem e como produzem, o que depende, por sua vez, das condições materiais da produção.

melhorar as condições de vida das famílias, mas também para a formação de valores humanos e sociais solidários entre os assentados.

Segundo estas interpretações, este tipo de produção tradicional acaba não permitindo a sobrevivência do trabalhador e sua família na terra, fato que pode trazer conseqüências políticas negativas e acabar comprometendo ideologicamente a luta pela terra e pela Reforma Agrária. O que queremos dizer é que o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos, além de representar, para as famílias e a sociedade, uma possibilidade de novas relações globais, está diretamente relacionada as condições de sobrevivência e reprodução do Movimento, pois a “liberação” de pessoal para militância depende de que outros realizem a tarefa de produção no lugar daquele que se ausentou. Isso somente pode ocorrer com certa organização nos grupos coletivos, sendo praticamente impossível nos lotes individuais.

Portanto, para organização do Movimento, a participação dos assentados em atividades coletivas.

[...] contribuirá para que o indivíduo dê os primeiros passos na formação de uma nova consciência social a partir da prática de novos hábitos e valores e, posteriormente, através da organicidade e de sua própria participação, adquira a consciência política, fazendo com que se empenhe, agora não mais para transformar os aspectos da realidade que o cerca, mas de toda a realidade que concentra injustiças e opressões dos seres humanos. (BOGO, 1999, p. 137-138)

Diante de tal contexto, fica evidente que para a organização do Movimento, torna-se necessário romper com as raízes culturais passadas, mudar a “mentalidade tradicional camponesa dos assentados”, mentalidade esta que, por essa concepção, os leva a acreditar que somente conseguirão a autonomia por meio da gestão individual/familiar da terra. Sozinho, isoladamente, como escrevem os autores destas publicações do Movimento, é muito difícil que um

assentado possa conseguir capitalizar-se para inserir-se no mercado capitalista, visto que é da sua capacidade de organização neste mercado que dependerá a sua permanência ou a sua exclusão da terra.

Neste momento, importante se faz lembrar que por meio da incorporação ao mundo da mercadoria, a **organização do MST** acredita que se pode criar condições favoráveis para a luta e superação das relações de dominação capitalista (FABRINI, 2002). Portanto, a resistência se dá por dentro do sistema e não por fora, como costumeiramente se pensa.

Afirma ainda que no atual contexto capitalista, em que ocorre a sujeição da renda da terra ao capital, através da compra, da venda, da exploração e da subordinação do camponês, a solução é desenvolver formas de cooperação que permitam aos camponeses assentados superar, em conjunto, as dificuldades que recaem sobre os mesmos quando atuam isoladamente, pois "na luta pela Reforma Agrária, a empresa rural coletiva contribui no processo de resistência na terra"<sup>12</sup>.

Isso quer dizer que, se os camponeses assentados se organizarem, desenvolvendo a cooperação, eles conseguirão superar as relações de dominação geradas no processo de acumulação de capital, encontrando formas de adquirir equipamentos, tecnologia e preços de produtos mais favoráveis, o que consequentemente proporcionaria melhores perspectivas para a sobrevivência econômica das famílias assentadas.

Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada,

<sup>12</sup> Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, n. 86, agosto de 1989, p. 14.

colocar a escola perto do local da moradia. (SFEDILE; FERNANDES, 1999, p. 100)

Vale ressaltar que a organização do Movimento tem desenvolvido algumas metodologias destinadas a "alterar a mentalidade camponesa" (valores, comportamentos ideológicos cotidianos) e diminuir a resistência dos assentados às práticas coletivas. Isto quer dizer que o Movimento, durante toda sua trajetória de luta, tem promovido vários cursos de formação técnica e política para que os assentados e acampados entrem em contato com as diversas formas possíveis de cooperação como as Cooperativas de Créditos e de Serviço, as Cooperativas de Produção Agropecuária e as associações informais, entre outras, na tentativa de romper com as formas artesanais de produção<sup>13</sup>, baseadas na divisão natural do trabalho (trabalho camponês), ou seja, de superar a estrutura do trabalho familiar.

Neste ponto é importante dizermos que, a criação e desenvolvimento desses cursos não possibilitaram uma mudança na mentalidade dos camponeses assentados, visto que, a resistência por parte destes às formas coletivas de trabalho e de produção propostas pela organização do Movimento permanece tão intensa quanto antes. Acreditamos que isso ocorre em função da metodologia desenvolvida pela Organização e aplicada pelos militantes/lideranças junto aos assentados, pois observamos que há nela um grave problema, já que são propostas que se confrontam com as trajetórias sociais e culturais dos camponeses.

Corroborando com tal análise, Romano (1994), refletindo sobre as relações de poder, valores e conflitos nos processos de

<sup>13</sup> Para o MST, existem comportamentos ideológicos que consistem em um complexo de valores determinados pelas funções que cada indivíduo desempenha no processo produtivo. Assim, "o comportamento ideológico do camponês é um processo de organização do tipo artesanal, porque o camponês (este artesão do campo) opera em um processo produtivo único (sem divisão) no qual o produtor inicia e termina o produto" (MST, 1986, p.12).

organização no interior dos assentamentos. afirma que os conflitos existentes no interior dos assentamentos, principalmente entre os projetos **propostos** pelos mediadores e os **anseios** dos próprios assentados, derivam da incapacidade dos **mediadores perceberem** que os trabalhadores rurais não compreendem o mundo a partir das categorias políticas e econômicas por eles empregadas. **Deste modo**, segundo o referido autor, os mediadores acabariam por **desconsiderar** ou mesmo desprezar que outros critérios (religiosos, morais, étnicos, de vizinhança, etc.) também orientam as formas de pensar e agir dos assentados. Em consequência, conforme este autor, as formas de organização **econômica e política** propostas por **agentes** externos ao grupo (MST, CPT, técnicos estatais, etc.), quase sempre centradas em torno da **coletivização** e de uma **concepção racionalizadora** das relações sociais e da produção econômica, terminam por **se tornarem** estranhas aos assentados, cuja visão de mundo estaria baseada em outros princípios de organização social, marcadamente hierárquicos. Continuemos com as considerações do autor:

É uma tensão estrutural entre os dois princípios que procuram ser organizadores do tecido social dos assentamentos. Por um lado, o **voluntarismo político dos mediadores temia**, através de seus discursos, que os assentados se vivenciem **igualitários na concepção** igualitária dos mediadores. Por outro lado, as disposições, os hábitos, as **práticas**, as **tradições dos grupos camponeses**, que giram em torno do **valor da hierarquia**, são reduzidos por grande número dos assentados. O conflito passa a ser permanente e a forma que assumem o processo de organização dos assentamentos nos diferentes estados muito tem a ver com a **maneira, particular e dinâmica** que os atores encontram de **solucionar conjuntamente** esse conflito. (ROMANO, 1994, p. 258)

Schneider (2002, p. 307), em seu estudo sobre a organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais da região sudoeste e oeste do Paraná, afirma que:

[...] a maioria das famílias rejeitam as formas fechadas, principalmente as exclusivamente no coletivismo. O que elas buscam através da luta pela terra é a **recriação** de um modo de vida camponês, cujos fundamentos são o **trabalho familiar em lotes que sejam seus** e em relações de **cooperação comunitárias**. Não se trata de mera restauração do passado, mas de escolhas de valores.

Neste ponto, as contribuições de Brenneisen (2000) também são importantes, já que a autora afirma que a resistência camponesa se deve ao fato de que não houve por parte do Movimento uma mudança no que se refere à concepção que se tem do campesinato, este continua sendo concebido como um entrave ao desenvolvimento das formas de **cooperação e, conseqüentemente, à causa socialista**. Ela assegura ainda que **as suas posições ideológicas** nem sempre condizem com a **diversidade cultural da população assentada**.

Esta análise pode ser apreendida não só na fala dos militantes, mas também nos cadernos do Movimento, como o documento "O que levar em conta para a organização do assentamento", de 2001, onde ainda se discute a necessidade de superação das relações camponesas. Isto quer dizer que, em relação às formas de cooperação, apesar de terem sido debatidas no interior do MST desde meados da década de 1980, não ocorreram transformações substantivas na essência do que fundamenta a sua compreensão, bem como a do campesinato.

Os camponeses por serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não **compreender** o seu processo de exploração, **tende sempre a dirigir** sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma **consciência corporativa e economicista**. Estes camponeses por **organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada**, tende a **construir** uma

visão de mundo subjetivista e oportunista. (MST, 2001, apud FABRINI, 2002, p. 199)

Conforme Brenneisen, em sua análise sobre a organização social e da produção em assentamentos rurais no Paraná, para que os camponeses assentados "aceitem" as formas de cooperação propostas pelo Movimento.

É preciso que se abandone de vez a pretensão de se fazer do outro um instrumento político, numa causa que passa ao largo dos seus desejos e anseios. Ao contrário, que se parta das iniciativas comunitárias, oriente-se pelo estímulo a essas iniciativas, que se respeite de fato as tradições históricas, as formas sociais de organização do trabalho e as diversas modalidades de organização da vida cotidiana e da produção das comunidades envolvidas como a ajuda mútua, troca de dias de serviço, pequenas associações, etc. (2000, p. 206)

Concordamos com esta reflexão exposta pela autora, e compreendemos que essa situação de resistência só poderá mudar quando existir a percepção da importância dos valores, das práticas e das tradições dos camponeses assentados (experiências de vida anteriores à fase de ocupação - acampamento, por vezes, muito sólidas).

Acreditamos também que as formas de cooperação propostas pela organização do Movimento, só se tornarão viáveis quando se levar em conta a herança cultural e o projeto familiar que são a base de identidade dos camponeses, uma vez que a resistência não é exatamente em relação à cooperação em si, mas, contra o cooperativismo (produto da cooperação) proposto pelas publicações do Movimento. Pois,

O que se observa nos assentamentos é uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/CONCRAB. Verificou-se, assim, que as cooperativas do MST enquanto empreendimento

econômico está sustentada na idéia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com uma economia mercantil simples (M-D-M) da produção camponesa. (FABRINI, 2002, p. 90)

Enfim, concordamos com Oliveira (2002), quando este adverte ser necessário sapiência, pois não se pode tirar dos camponeses o sonho histórico da produção individual autônoma. Tudo indica que o distanciamento entre as aspirações e o projeto posto em prática decorrem de estímulos ainda profundamente incrustados em nosso meio, consubstanciados na recusa em admitir, de fato, a existência dos camponeses.

No item seguinte, analisaremos a compreensão que os assentados possuem a respeito da cooperação e, conseqüentemente, da recriação do seu modo de vida, no espaço dos assentamentos.

## 2.2 O SENTIDO DA COOPERAÇÃO PARA OS CAMPONESES ASSENTADOS: A CONQUISTA DA TERRA DE TRABALHO

A questão de como o camponês assentado concebe e utiliza a terra - embora não possa ser isolada de outros aspectos que definem cada contexto particular de existência da pequena agricultura - é sem dúvida uma referência importante para a análise das especificidades da produção familiar rural, e para o debate sobre o seu modo de inserção na sociedade mais ampla.

Estes trabalhadores rurais, através de diferentes estratégias de luta, como a ocupação, vão legitimar a luta pela terra de trabalho<sup>14</sup>. Ocupam a terra, e após estas serem desapropriadas, entram no assentamento com objetivo de explorá-la com sua família.

<sup>14</sup> A respeito deste conceito ver: MARTINS (1991).

Porém, a forma de trabalho a ser assumida na terra conquistada, os assentamentos, é um dos grandes conflitos vividos pelos assentados frente à proposta de cooperativas do Movimento. Logo que, **se por um lado**, os assentados trazem uma experiência de práticas coletivas vividas no processo de luta, impulsionando-os a buscarem meios que dêem continuidade ao novo estilo de viver coletivamente, **por outro**, eles trazem em sua trajetória de vida toda uma experiência de trabalho voltada à organização familiar, onde os costumes, os valores e tradições continuam arraigados.

Neste sentido, os assentados vivenciam um conflito entre as formas de vida do ser camponês (o trabalho individual familiar) e o diferente (o trabalho coletivo) que se apreendeu coletivamente, manifestado num momento em que se tornava necessário construir um novo estilo de vida, no espaço social e coletivo dos acampamentos.

No entanto, não é possível desconsiderar que a pequena produção familiar está enraizada no modo de vida, na maneira do camponês **conceber** a terra, como podemos apreender no relato do Sr. Alves<sup>15</sup> quando afirma "**nus assentamentos aqui não tem nenhuma família que coletivizou a terra**". Portanto, a experiência anterior ao acampamento não se apaga, ela mescla-se às novas.

Nos assentamentos aqui não tem nenhuma família que coletivizou a terra, todo mundo se ajuda, mas é cada um no seu lote, no caso nosso aqui da cooperativa, a gente está sempre se ajudando, sempre que um precisa o outro ajuda, porque é uma forma de se manter unido, né? [...]. **do** jeito que está, com a crise que tá no assentamento aí, a pessoa tem que se unir, porque tudo está muito difícil [...], agora mesmo a gente está vendo se consegue recuquer a cooperativa, porque ela tá muito parada [...]. (ALVES)

<sup>15</sup> Assentado no projeto São Luis e Membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Junho de 2003.

Deste modo, a vivência coletiva no acampamento, onde a preocupação central foi a conquista da terra, não se constitui como base para a organização coletiva no processo produtivo, mas sim como suporte para que os assentados continuem organizados a lutar coletivamente, a se sentirem comprometidos com o assentamento, o que não é suficiente para superarem as diferenças e divergências em relação ao modo de trabalhar, produzir e viver na terra conquistada.

Corroborando com esta análise, D'Incao & Roy (1995), ao discutirem a cooperação e a liberdade em pesquisa nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, afirmam que, no momento da luta pela terra o objetivo e a aspiração são os mesmos, ou seja, "a conquista da terra", porém no momento vivido na terra conquistada, as singularidades, e o desejo de autonomia torna-se mais premente, emergindo as diferenças entre as famílias. Os referidos autores afirmam ainda que tal argumento (experiência coletiva nos acampamentos) torna-se autoritário à medida que procura induzir as pessoas a seguir caminhos que elas não almejam.

Fazendo críticas similares a esses autores, quanto ao desenvolvimento das práticas coletivas nos assentamentos, Romano (1994) destaca um choque de valores entre os princípios dos organizadores e os princípios da grande parcela de assentados. Segundo o referido autor, no primeiro estágio do assentamento, comparece a dimensão cooperativa, comunitária e coletiva entre os assentados. No segundo momento, os assentados vivenciam o conflito da vida cotidiana permeada, de um lado, pelos interesses dos líderes/militantes (valores igualitários), de outro, pelas suas próprias experiências, tradições e desejos de "controlar" o espaço, agora, conquistado.

Portanto, apesar dos assentados terem experimentado ações e práticas coletivas no acampamento, levando-os a buscarem uma vivência coletiva, no momento da estruturação do assentamento eles ainda buscam dar continuidade a um modo de vida camponês, ou seja, aos costumes mais fortemente enraizados na forma de produzir e de se relacionar com a terra, porque esta passagem da produção familiar - enraizada na maneira de ser do camponês - para a produção

coletiva leva a uma ruptura de valores, numa mudança, tanto de **concepções**, como de relações cotidianas que para acontecer implicam um processo conflituoso de **construção**. Logo, a presença, ainda que de forma mesclada, da produção coletiva lado a lado com a produção individual nos lotes é, quiçá, um indicativo desta construção de novos caminhos em que o novo e o velho são partes inseparáveis deste processo de mudança.

Desta forma, quando o Sr. Domingos<sup>16</sup> diz: “quando o B. consegue alguma coisa com as empresas aí fora ele vem aqui e faz a proposta pra nós”, ele indica que o processo de decisão permanece centrado em sua pessoa, mesmo quando participa de formas coletivas de comercialização.

A gente aqui participa da associação, mas só que a associação funciona assim, quando o B. consegue alguma coisa com as empresas aí de fora ele vem aqui e faz a proposta pra nós, igual aconteceu com o algodão, tinha um pessoal aí interessado no algodão e a gente decidiu plantar, mas só que é só isso [...] do mais, aqui é a gente que decide, a gente decide o que vai ser plantado, né?. Mesmo no caso do algodão, quem não quis participar não participou. Teve muita coisa aí que eles fizeram a proposta, mas a gente não participou, a gente achou que não ia dá certo e aí não participamos. (DOMINGOS)

Diante disso, observamos que muitos assentados resistem à **cooperação agrícola**, ao trabalho coletivo, demonstrando o **desejo** de continuar o **estilo** de produção individual/familiar, vale dizer, uma forma de trabalho onde o camponês se vê como sujeito autônomo, livre, dono e administrador da terra, de seu tempo e de sua vida. Pois, como já dizia Simonetti (1999, p. 71), em sua análise sobre o processo de recriação dos camponeses em Promissão/SP, “O

<sup>16</sup> Assentado no projeto São João e membro da Associação dos Pequenos Produtores dos Assentamentos São João e Mercedesina. Comunicação Pessoal, Junho de 2003.

assentamento não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. A luta pela terra é mais ampla. É a luta pela vida, não pela terra *strictu sensu*”.

Isto significa perceber que o Movimento, enquanto organização, enfrenta dentro dos assentamentos, forte oposição à proposta política/ideológica de cooperação agrícola e, principalmente, a implantação das formas coletivas de produzir, logo que elas diferem do modo de vida e de trabalho dos camponeses: “Elas são vistas pelos assentados como limites à realização da liberdade e autonomia” (SCHREINER, 2002, p.17).

Quer dizer, para uma parcela dos assentados, a coletivização representa uma ruptura com a tradicional articulação entre família, terra e trabalho responsável pela estruturação de suas formas de pensar, trabalhar e conceber o mundo social. Aqui, portanto, desnuda-se um possível desencontro entre as teses defendidas pela organização do MST e os assentados.

Entretanto, o trabalho com as fontes orais e documentação escrita, nos permite afirmar que os camponeses assentados desenvolvem a cooperação, pois o que ocorre nos assentamentos rurais é uma riqueza de formas organizacionais de produção, todavia, não seguem necessariamente um modelo estabelecido pela direção do MST.

Portanto, esta cooperação desenvolvida pelos camponeses é marcada por relações de solidariedade, mediadas pelos laços de família e de parentesco, tendo como base seus ideais familiares, os valores camponeses e as suas concepções de mundo, já que: “[...] no universo camponês, a terra, o trabalho, a família e a liberdade, são elementos importantes: a terra como patrimônio da família, sobre a qual se realiza o trabalho, que constrói a família – a terra como valor de uso e não para fins mercantis” (WOORTMANN apud SCHREINER, 2002, p. 307).

Esses autores mostram em seus estudos sobre o mundo camponês que a terra não é concebida apenas como um patrimônio material, um meio de produção, no qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas também, como um patrimônio da família, que

extrapola qualquer consideração de ordem econômica, onde valores simbólicos e culturais estão presentes e são preservados e transmitidos para as gerações subsequentes.

Neste sentido, a terra, o trabalho e a família são categorias que expressam valores inter-relacionados, constituem um ordenamento moral do mundo, onde a terra é patrimônio da família conquistado pelo trabalho familiar e para a sua reprodução. Um não existe sem o outro, e a relação entre eles é organizada principalmente pelos valores da honra, hierarquia e reciprocidade. A negação desses valores limita a discussão e impede a efetivação das relações de produção e consumo idealizadas para os assentamentos.

Portanto, a tríade família, trabalho e terra são categorias que ordenam o mundo rural como explica o Sr. Souza,<sup>17</sup> quando diz: “a gente sempre procura ajudar pra ser ajudado”.

Aqui no assentamento é assim, todo mundo se ajuda, se tem um precisando arar a terra a gente se junta e ajuda [...] ontem mesmo tinha dois vizinhos nosso aqui ajudando a gente a passar o veneno na roça, então a vida aqui é assim, cada um ajudando o outro [...], a gente sempre procura ajudar pra ser ajudado, porque aqui todo mundo precisa se ajudar, porque senão a gente não vai pra frente não, mas aqui graças a Deus todo mundo se ajuda. [...]. (SOUZA)

Assim sendo, diferentemente da teoria da organização do MST, acreditamos que a busca dessa autonomia e auto-suficiência pelos camponeses é o que sustenta a sua permanência na terra, a sua disponibilidade de luta, a sua recriação enquanto camponês. Neste sentido, o relato seguinte é pleno de significados:

<sup>17</sup> Assentado no Projeto São Luis e membro da COPAV. Comunicação Pessoal, Junho de 2003.

Aqui no assentamento, mesmo com a ajuda do pessoal aí da associação, é tudo muito difícil, porque os recursos quando sai é tudo atrasado, aí não dá pra gente plantar na hora certa, né?, isso dificulta muito pra nós [...] o que a gente tem conseguido aqui é só pra pagar as despesas [...], a nossa sorte é que aqui a terra é boa, tudo que a gente planta aqui nessa terra nasce, então a gente vai se virando, planta uma coisinha aqui, uma coisinha ali e estamos conseguindo se manter. [...] aqui no assentamento teve muita gente que desistiu, que não conseguiu nem se manter em cima da terra [...], mas nós estamos tentando, temos conseguido, aos pouquinhos mais a gente tem conseguido. (MARQUES)

Desse modo, independentemente dos desencontros ideológicos entre os sem-terra e a direção, sejam as lideranças, militantes ou dirigentes, ocorridos no assentamento, a luta continua por meio da organização, da participação e da vivência comunitária, práticas apreendidas no processo de conquista e de permanência na terra, embora de modo diferenciado entre os assentados. Dessa forma, o assentamento continua a ser uma terra de luta, de diversas lutas, só que agora a luta é contra o capital, é uma guerra cotidiana para permanecer no lote conquistado, na terra de trabalho, que permita a organização da produção e da vida camponesa.

Logo, se, por um lado, esses homens e mulheres não abandonaram seu passado de trabalhador familiar camponês, por outro, a experiência coletiva da ocupação e do acampamento deixou marcas indelévels. E é justamente este “misto” de experiências passadas e presentes, de permanência e de mudança, que alimentam a utopia da terra e da luta, da conquista de uma sociedade mais igualitária.

Neste artigo procuramos evidenciar que ainda que exista o ideal de formas coletivas e de cooperativas de produção para os assentamentos rurais, nos princípios e formas organizacionais do MST, a predominância na forma de trabalho nos assentamentos ainda é daquela que possui maior possibilidade de autonomia para a família

assentada **decidir** sobre o processo de produção, e com isso, sobre o seu próprio modo de ser e de viver. Pois, apreendemos com os assentados que o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ver viabilizada a “terra de trabalho”, como forma de controle do seu tempo e dos resultados da produção.

### 3 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. A. Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BOGO, A. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BORGES, M. C. De Pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.
- BRENNEISEN, E.C. Relações de Poder, Dominação e Resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região Centro-Oeste do Paraná. 2000. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- CARVALHO, H. M. *Formas de Associativismo Vivenciados pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba, Agosto de 1998. Disponível em <http://www.dataterra.org.br/documentos/horacio.htm>. Acesso em: 10/10/2003.
- \_\_\_\_\_. As contribuições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de Reforma Agrária do MST (período 1989-1999). In: Concrab. *Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989-1999)*. Caderno de Cooperação Agrícola nº 08. São Paulo: CONCRAB, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Comunidade de Resistência e Superação*. Curitiba, 2002, 48p. (mimeog.)
- FABRINI, J. E. *Assentamentos de Trabalhadores Sem – Terra: experiências e lutas no Paraná*. M. C. Rondon. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra Enquanto Território de Ações Coletivas/Cooperativas Através da Coagri (Cooperativa de Reforma Agrária e Trabalhadores Rurais da Região Centro-Oeste do Paraná)*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- FARIAS, M. de F. L. de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GORGER, F. S. A., STÉDILE, J. P. (Org.) *Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Ilucitec, 1991.
- MORAES, C. S. Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Caderno de Formação* nº 11. São Paulo, 1986.
- MST/CONCRAB. *Terra Não Se Ganha, Se Conquista!* Caderno de Formação n. 09. São Paulo. Abril de 1986.
- \_\_\_\_\_. *Normas Gerais do MST*. São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. *Cadernos de Formação* nº. 20. São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. *Cadernos de Cooperação Agrícola* nº. 04. São Paulo: Concrab, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Quatro Anos Organizando a Cooperação*. São Paulo: Concrab, 1996.

- \_\_\_\_\_. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº. 05**. São Paulo: Concrab, 1997.
- \_\_\_\_\_. Cooperativas de Produção: Questões Práticas. **Cadernos de Formação nº. 21**. 3ª ed. São Paulo: Concrab, 1997.
- \_\_\_\_\_. Gênese e Desenvolvimento do MST. **Caderno de Formação nº 30**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1998.
- \_\_\_\_\_. Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). **Cadernos de Cooperação Agrícola nº 08**. São Paulo: Concrab, 1999.
- \_\_\_\_\_. O que levar em conta para a organização do assentamento. São Paulo: Concrab, 2001.
- \_\_\_\_\_. Os desafios da produção e a organicidade do setor. São Paulo: MST, 2002. (Mimeogr.).
- OLIVEIRA, A. U. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.
- ROMANO, J. O. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. SP: Ed. UNESP, 1994.
- SCHREINER, D. F. Entre a e Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. 2002. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SILVA, T. P. A Organização do Trabalho Coletivo e as Transformações Territoriais no Assentamento São Manoel, em Anastácio/MS. 2000. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Campus de Três Lagoas - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.
- SIMONETTI, M. C. L. A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. Tese [Doutorado em Geografia], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- SOUZA, M. A. de. As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do MST. 1999. Tese [Doutorado em Educação], UNICAMP, Campinas.

- STEDILE, J. FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perséu Abramo, 1999.
- WOORTMANN, K. "Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral". **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Univesidade de Brasília, p.11-73, 1990.

Recebido para publicação em 30 de junho de 2005.

Aceito para publicação em 15 de setembro de 2005.